

SUPERINTENDÊNCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-SC

Estudo Técnico Preliminar 20/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 10154.042621/2025-27

2. Da Legislação Aplicável

Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Decreto 7.983, de 8 de abril de 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa SEGES/ME 91, de 16 de dezembro de 2022 - Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa SEGES/ME 98, de 26 de dezembro de 2022 - Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa SEGES/ME 81, de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além do Sistema TR digital.

Instrução Normativa SEGES 58, de 8 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além do Sistema ETP digital.

Instrução Normativa SEGES/MPDG 5, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3. Descrição da necessidade

Trata-se de cumprimento da determinação judicial da Ação Civil Pública 5005167-84.2017.4.04.7204 /SC, a qual transcrevemos o trecho abaixo:

"Ante o exposto, defiro o pedido de tutela de urgência e JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, extinguindo o feito com decisão de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar os réus, solidariamente, a: (a) demolir, no prazo de 30 dias, contados da data da intimação da presente sentença, o imóvel localizado na Quarta Avenida, esquina com a Avenida Beira-mar, Município de Balneário Gaivota/SC, com coordenadas geográficas UTM 22637868 E e 6772797 N;"

Embora na sentença conste a condenação solidária entre a União e o Município de Balneário Gaivota, não foi possível obter contato com o referido município com vistas a executar as ações de modo conjunto e coordenado. No dia 04/04/2025, a SPU/SC enviou o Ofício 49698176 por e-mail ao município solicitando colaboração para executar a sentença. Não houve retorno. Em vista disso, o Ofício 49698176 foi encaminhado em meio físico, pelos Correios, tendo sido recebido pelo município no dia 29/04/2025, conforme Aviso de Recebimento 50644870. Apesar do recebimento do ofício, até o momento, não houve nenhum tipo de contato junto à SPU/SC por parte do município.

Como a sentença não foi cumprida pelos executados, restou decidido que a União deveria proceder às próprias expensas a demolição das construções.

Ressalta-se que as edificações que lá se encontram afetam sobremaneira a Área de Marinha contígua à avenida Beira Mar.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina – SPU/SC	JULIANO LUIZ PINZETTA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Atender a IN SEGES/MP nº. 05/2017 no que tange o Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

- Estudos Preliminares;
- Gerenciamento de Riscos e
- Termo de Referência ou Projeto Básico.

Requisitos da contratação:

a) Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

- Execução a ser contratada por atividade/tarefa e pagamento conforme medição dos serviços, exigência de responsabilidade técnica pela execução dos serviços (ART/RRT), destinação adequada dos resíduos/entulhos resultantes do serviço, contratação por prazo definido, estipulando-se aproximadamente 5 (cinco) dias consecutivos para execução, até 15 dias consecutivos para recebimento provisório e até 15 dias para recebimento definitivo.

b) No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não:

- A natureza do serviço a ser contratado não é continuada e, sim, por prazo determinado para execução de tarefas especificadas.

c) Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

- Atender as diretrizes estabelecidas pela RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, para gestão de resíduos da construção civil. "Considerando que os geradores de resíduos da construção civil devem ser responsáveis pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições de estruturas e estradas, bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação e escavação de solos.
- Atender no que couber as diretrizes da NR 18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, especialmente o que refere ao capítulo 18.5 Demolição.

d) Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses e justificar a decisão: Não aplicável, uma vez que não se trata de serviço de natureza continuada e, sim, por prazo determinado para execução de tarefas especificadas.

e) Identificar a necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: Não aplicável, uma vez que não há conhecimento ou tecnologia a serem transferidas para o Contratante, referente à execução de tarefas especificadas.

f) Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos: Serviço de baixa complexidade, com quantitativos pequenos, a ser realizado em área urbana e no qual encontram-se diversas empresas no mercado capacitadas para o trabalho.

g) Prever exigência de garantia contratual.

6. Levantamento de Mercado

Justifica-se a demolição por força de Decisão Judicial, juntada nos autos do Processo 10154.015532/2025-16 - Execução de Sentença Nº 5005167-84.2017.4.04.7204/SC (52015814), na qual sentenciase que as edificações a serem demolidas (*o imóvel localizado na Quarta Avenida, esquina com a Avenida Beira-mar, Município de Balneário Gaivota/SC, com coordenadas geográficas UTM 22637868 E e 6772797 N*) estão em área da União/Marinha sem permissão de utilização, causando impacto ambiental negativo na paisagem e ambiência da orla em pauta.

Justifica-se também pela contratação de serviços de demolição de construções de alvenaria e mistas (madeira e alvenaria), cuja especialização seja:

- Demolição de edificações industriais (galpões, fábricas, indústrias ou móveis em área industrial).
- Demolição de edificações civis (prédios, casa ou qualquer outro tipo de imóvel localizado na área urbana).
- Remoção, reaproveitamento e destinação em local adequado dos entulhos da demolição.

Tanto pelas características locais quanto pelas características das edificações, o impacto negativo que estas ocasionam e a obrigação de se desocupar totalmente a área ocupada, a demolição é o serviço mais adequado ao cumprimento da sentença judicial, uma vez que a União requereu a reintegração de posse da área.

A metodologia de demolição, neste caso específico, utilizará tecnologia de baixa complexidade, com emprego de equipamentos de médio a pequeno porte (retroescavadeiras, minicarregadeiras, marteletes de demolição, caçambas de entulhos), encontrados no mercado, além de serviços manuais em virtude das características locais.

7. Descrição da solução como um todo

Objeto dos serviços de demolição:

- Fornecimento dos equipamentos, ferramentas e contratação de mão de obra.
- Escolha da técnica mais adequada, econômica, segura e rápida para execução do trabalho.
- Formatação, planejamento, execução e apresentação para aprovação do plano de ação dos serviços de demolição.

- Retirada, transporte e descarte adequado em área legalizada de todo o entulho dos serviços de demolição.

É importante mencionar que, excepcionalmente, admitir-se-á, nos termos do § 1º do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, a contratação de obras e serviços comuns de engenharia sem projeto executivo.

Para o objeto pretendido, inexistirá prejuízo para aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, sendo perfeitamente possível, com base somente no Termo de Referência e seus anexos, a realização completa da contratação pretendida.

Em empreitadas globais, pequenos erros quantitativos deverão ser tolerados e não devem acarretar a celebração de termos aditivos.

Não se pressupõe a ocorrência de "erros substanciais" como elencado na Matriz de Riscos.

Erros acidentais se mostraram incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, na formação de proposta a ser ofertada.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Serviço de demolição, remoção e destinação dos resíduos para aterro da construção civil.

Conforme levantamento a partir da imagem do Anexo Imagem das Edificações (52844949), a área das edificações é a seguinte: Restaurante e anexo em madeira (fundos) com 283,30m², construção em alvenaria, telha de fibrocimento, piso em cerâmica e esquadrias em madeira. Área aproximada do lote: 409,50 m².

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 43.549,51

Conforme orçamento estimativo (52710046) para contratação de empresa, compreendendo o fornecimento de mão de obra, de material, de ferramentas e de equipamentos, para execução de serviços de demolição do imóvel em pauta; o valor máximo ficou estabelecido em **R\$ 43.549,51** (quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há necessidade de parcelamento dos serviços de demolição, pois são serviços de baixa complexidade, em escala reduzida. O parcelamento do objeto acarretaria interferências na responsabilidade técnica das várias etapas de execução do mesmo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Possível contratação independente:

- Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD (independente/não vinculada a esta contratação).

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi determinada por decisão judicial, fora do planejamento de contratações do órgão requisitante.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atendimento de demanda judicial por meio de contratação de empresa para a prestação dos serviços, de forma a atender a legislação que rege a matéria e com o uso racional dos recursos públicos para solução da demanda.

14. Providências a serem Adotadas

A Administração deverá indicar servidores capacitados tecnicamente para a fiscalização e gestão contratual, visto se tratar de serviço de engenharia.

O alvará de demolição deverá ser providenciado junto à Prefeitura de Balneário Gaivotas. A empresa contratada deverá fornecer todos os documentos técnicos obrigatórios para a execução do serviço.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os critérios e práticas de sustentabilidade foram veiculados como obrigação da Contratada, item “5. Descrição dos Requisitos da Contratação” deste documento.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

De acordo com os artefatos produzidos e juntados no processo 10154.042621/2025-27, entendemos como viável a contratação em pauta.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GIOVANI AZEVEDO SACIOTO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/08/2025 às 09:30:50.

JOAO BATISTA SIMON FLAUSINO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/08/2025 às 14:05:02.

